

UM OLHAR SOBRE AS REPRESENTAÇÕES DISCURSIVAS DOS INDÍGENAS: TERRA E EXCLUSÃO

Vania Maria Lescano **GUERRA** (UFMS/CNPq)¹
Doutora em Linguística e Língua Portuguesa/UNESP-Araraquara
Pós-Doutora em Linguística Aplicada/IEL-UNICAMP
Docente da graduação e da pós-graduação em Letras da UFMS (nível mestrado e doutorado)
Campus de Três Lagoas (MS/Brasil)
Pesquisadora do CNPq

Maria Francisca **VALIENTE** (UFMS-PG/CAPES)²
Mestre em Estudos Linguísticos/UFMS

RESUMO: O objetivo deste artigo é problematizar o processo de constituição identitária dos indígenas a partir do discurso do “Documento Final do Acampamento Terra Livre 2011 – pelo direito à vida e à mãe Terra”. Para tanto, analisamos como são construídas as representações sociais de terra que constituem o discurso do documento oficial sobre os indígenas, a partir da perspectiva discursiva e do processo de referenciação linguística, com base na interpretação de regularidades enunciativas e nas dispersões discursivas que nos possibilitem rastrear, pela materialidade linguística, os efeitos de sentido possíveis, as formações discursivas e os interdiscursos que perpassam o discurso do movimento indígena “Acampamento Terra Livre” (ATL). A fundamentação teórica transdisciplinar proposta neste trabalho, pela articulação entre a Análise do Discurso (PÊCHEUX, 2002; CORACINI, 2011; AUTHIER-REVUZ; 1998, ORLANDI, 2009), os estudos culturalistas de Castells (2001) e a perspectiva ancorada no método arqueogenalógico (FOUCAULT, 2007) é imprescindível para que possamos problematizar as relações entre a linguagem, o sujeito e as relações de poder em um contexto mais amplo, na medida em que a interpretação se dá na tensão entre estrutura e acontecimento. Vozes discordantes e concordantes perpassam esse discurso, a partir de momentos de identificação que incluem e excluem o sujeito em pauta, num movimento identitário paradoxal e multifacetado.

PALAVRAS-CHAVE: Indígenas. Território. Representações.

Palavras iniciais

Precisamos que vocês [brancos] admitam o fato de que nos viam como seres inferiores, que nos roubaram nossas terras, nossa humanidade, nosso amor-próprio. [] E finalmente digam-nos o que precisam de nós.(ANZALDÚA, 2005, p.713)

O objetivo deste artigo é problematizar o processo de constituição identitária dos indígenas a partir do discurso do “Documento Final do Acampamento Terra Livre 2011 – pelo direito à vida e à mãe Terra”. Para tanto, analisamos como são construídas as representações

¹ Endereço eletrônico: vguerra1@terra.com.br

² Endereço eletrônico: mf.valiente@yahoo.com.br

sociais de terra e exclusão que constituem o discurso do documento oficial sobre os indígenas, a partir da perspectiva discursiva e do processo de referenciação linguística, com base na interpretação de regularidades enunciativas que nos possibilitem rastrear, pela materialidade linguística, os efeitos de sentido possíveis, as formações discursivas e os interdiscursos que perpassam o discurso do movimento indígena “Acampamento Terra Livre” (ATL). A questão indígena no Brasil tem sido consideravelmente debatida no momento atual tanto no meio midiático como acadêmico. Com a Constituição de 1988, o índio passa a ter seu direito à diferença cultural reconhecido com sua cultura, costumes, línguas, crenças e tradições e, portanto, busca se inserir na sociedade por meio de políticas indigenistas que incluem ações no que se refere à saúde, à educação, à assistência social e ao meio ambiente, assim como também o desenvolvimento da sociedade indígena e seu direito à terra.

Essas questões carregam uma historicidade que perpassa os tempos constituindo, por meio da memória discursiva, o imaginário em relação a esse grupo marcado pelo preconceito e pela exclusão social desde a época da colonização e que condiciona o momento atual. Tome-se como exemplo a tentativa das comunidades indígenas em estabelecer um diálogo com a sociedade nacional e o Estado, que é uma questão histórica e vem ocorrendo desde a colonização portuguesa em decorrência da ocupação de suas terras. Contudo, a partir da década de 70, delineia-se um novo quadro no que diz respeito às questões indígenas no Brasil pela união de diferentes povos que começam a se organizar politicamente em defesa de seus direitos, sobretudo em relação à terra. Essa união pouco a pouco foi se consolidando por meio de Assembleias Indígenas e pelo apoio de algumas organizações indigenistas como o Conselho Indigenista Missionário (CIMI), o ATL e a Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (APIB) constituindo o Movimento Indígena do Brasil (MIB).

Nesse contexto, o MIB foi-se estabilizando entre a repressão e a resistência, o que lhe permitiu obter certa visibilidade por parte do poder público, bem como o apoio de algumas instituições, ainda que sob a ótica e a voz do Estado. Um marco decisivo no protagonismo indígena foi a Constituição de 1988, que instituiu o indígena como cidadão de direito, dando a este o direito de conduzir sua própria história em defesa de seus direitos. Na contemporaneidade, com a criação do Movimento Indígena ATL, em 2004, a partir do domínio da memória, um novo campo enunciativo surgiu trazendo novas configurações à prática discursiva indígena, tendo em vista que agora é o ATL que se faz ouvir via discurso oficial.

Conjectura-se que as relações de dependência e submissão que oprimiam as comunidades indígenas no período do colonialismo foram reconfiguradas na perspectiva pós-colonial por discursos outros que desafiam o poder da sociedade hegemônica por meio de um contra posicionamento que “refuta os pontos de vista e as crenças da cultura dominante, por isso, é orgulhosamente desafiador” (ANZALDUÁ, 2005, p. 705). Isso pode ser observado se analisarmos os diferentes movimentos, entidades não-governamentais e ONG’s que se uniram à causa indígena. Nessa perspectiva, a emergência do movimento indígena pela articulação entre essas diferentes instâncias em prol dos direitos e interesses dos indígenas se apresenta como uma forma de reação contra o Estado. Considera-se o ATL como um movimento de resistência, que toma posição, que se apropria do discurso e do direito de falar em oposição ao governo, constituindo-se pela linguagem por meio do trabalho simbólico em que suas crenças, valores e seu mundo significam e são representados.

Estudar as representações sociais de terra e exclusão construídas, via discurso oficial, implica abordar a subjetividade do indígena por sua constituição filosófica e política, haja vista que se trata de observar como o índio se representa, como representa o outro – o branco – além de estabelecer uma relação tensa entre as representações construídas sobre esses povos no decorrer da história e suas próprias experiências de resistência. Dos descobridores aos contemporâneos, as comunidades indígenas foram sempre concebidas por uma ótica social incapaz de acolher a diferença, a alteridade. Diferentes representações sociais foram construídas sobre os índios no decorrer dos tempos que ora os apresentava como bárbaros, selvagens, primitivos, silvícolas, ora como inocentes ou “bons selvagens” ou até mesmo o “anti-herói”. Essa não aceitação dos europeus ao outro, ao diferente afetou diretamente as comunidades indígenas que tiveram que criar novos esquemas e novas estratégias de convívio com esses personagens. Estratégias essas que ainda continuam a ser utilizadas na atualidade, embora sob uma nova configuração à medida que a luta pela terra se faz política.

Dada a natureza deste estudo, e considerando as particularidades do ATL como movimento de resistência, formado por lideranças indígenas, representantes do CIMI, e entidades de apoio à causa indígena, a abordagem será feita considerando o movimento em si, uma vez que não é possível abordar todas as etnias e suas particularidades. Entretanto, não há dúvida de que há diversidade de povos e de culturas.

Considerando que as condições de emergência do discurso do ATL não se deram aleatoriamente, mas são o reflexo de um jogo de forças na memória que “permite ser repetido, sabido, esquecido, transformado” (FOUCAULT, 2008, p. 28), é que propomos algumas

perguntas de pesquisa para melhor entender sua emergência e dirigir nosso foco de análise: Que condições materiais de existência histórica propiciaram o surgimento desse discurso e não outro, enquanto acontecimento? Levando-se em consideração a irrupção deste, com quais discursos ele provoca rupturas e que configuração assume na atualidade? Que fatos históricos e sociais à sua volta envolveram-se em sua irrupção?

Esta pesquisa justifica-se por problematizar a constituição da identidade indígena, não só a partir do olhar do outro, de uma etnia ou de uma língua, mas por meio das múltiplas vozes que configuram a população indígena em nível nacional, uma vez que são as vozes de inúmeros povos, lideranças indígenas e organizações que ecoam no documento e que constitui a prática discursiva do sujeito indígena. Do ponto de vista metodológico, Foucault acrescenta as reflexões sobre as relações de poder/saber, sujeito e acontecimento discursivo exigindo que o analista do discurso – o arqueogenealogista – considere os discursos na sua irrupção: trata-se de abordar o enunciado por sua singularidade de acontecimento situado no campo de uma memória e que, portanto, mantém relações entre si, com outros grupos de enunciados e com fatos de ordem cultural, social e histórica.

Em um segundo momento, cabe ao analista selecionar dentro de um arquivo determinadas séries enunciativas buscando estabelecer as relações que tais enunciações mantém entre si e, posteriormente, proceder ao recorte dessas séries enunciativas na tentativa de averiguar os modos como essas discursivizações produzem sentidos sobre um determinado acontecimento discursivo. Como a questão fundamental para Foucault encontra-se justamente em avaliar como determinados objetos de saber são construídos em uma determinada época, quais as formações discursivas que dão legitimidade a este objeto, consideramos o conceito de formação discursiva como a noção norteadora dessa pesquisa tendo em vista que “o objeto surge quando condições discursivas e não discursivas o produzem” (ARAÚJO, 2011, p.97). Dessa maneira, algumas precauções metodológicas se fazem pertinentes na análise das relações de poder e devem ser orientadas para o campo da dominação “(e não da soberania), para o âmbito dos operadores materiais, para o âmbito das formas de sujeição, para o âmbito das conexões e utilizações dos sistemas locais dessa sujeição e para o âmbito, enfim, dos dispositivos de saber” (FOUCAULT, 2005, p. 40). Assim, a genealogia, de acordo com o historiador, seria uma iniciativa que visa dessujeitar os saberes instituídos historicamente contra a coerção de um discurso único e objetivo, tornando-os capazes de oposição e de luta.

Para Foucault (2008), as regras que definem uma formação discursiva apresentam-se, pois, por meio de um sistema de relações entre objetos, tipos enunciativos, conceitos e

estratégias de modo que tais elementos tendem a permitir a passagem da dispersão para a regularidade entre os enunciados. Uma análise que leva em consideração os postulados do historiador no que concerne à noção de formação discursiva. Ela deve empreender a árdua tarefa de diagnosticar as relações existentes entre o poder e o saber, dando ênfase principalmente aos diferentes modos de subjetivação do ser humano por meio do discurso. Nessa esteira, o *corpus* aqui analisado se constitui de um documento oficial denominado *Documento Final do Acampamento Terra Livre: pelo direito à vida e à mãe terra*, retirado do site do CIMI, que foi elaborado após inúmeros debates entre lideranças indígenas na Explanada dos Ministérios, em Brasília (DF), entre os dias 02 e 05 de maio de 2011, em que representantes indígenas por meio do ATL se colocam em oposição ao governo³.

O site do CIMI foi escolhido por sua natureza representativa, já que essa instituição representa o marco inicial de união entre as diversas instâncias, organizações, entidades, lideranças tradicionais e representantes indígenas do país que culminou na concretização do MIB, dentre eles, o ATL. Como espaço divulgador do documento, o site é tomado como um suporte material que, sob uma ideologia, uma conjuntura dada, apresenta as circunstâncias em que o documento foi elaborado, as formas de adaptação desse gênero discursivo relativamente mais complexo e as condições de produção na qual ele está inserido, uma vez que “os gêneros são instituições de falas sócio-historicamente definidas, sua instabilidade é grande, e eles não se deixam apreender em taxionomias compactas” (MAINGUENEAU, 2006, p.112).

Dentre as temáticas expostas no documento, destacam-se: a) Terra: demarcação e desintrusão; b) empreendimentos que impactam terras indígenas; c) criminalização de lideranças indígenas; d) reestruturação da Fundação Nacional do Índio (FUNAI); e) Legislação Indigenista; f) saúde indígena; g) educação indígena; h) Código Florestal; e i) reforma política. Considerando a abrangência de temas e suas especificidades, efetuamos alguns recortes no discurso do documento ATL; tais recortes foram realizados com base nas regularidades de discursos, nas especificidades de sentidos e temas considerando os temas inicialmente propostos de terra. A fundamentação teórica transdisciplinar proposta neste trabalho⁴, pela articulação entre a Análise do Discurso (PÊCHEUX, 2002; CORACINI, 2011; AUTHIER-REVUZ; 1998, ORLANDI, 2009, entre outros) e a perspectiva ancorada no

³ Este texto integra a pesquisa financiada pelo CNPq, “O processo identitário do indígena de Mato Grosso do Sul: análise documental e midiática da luta pela terra” (Processo 471597/2012-4), coordenada por Vania Maria Lescano Guerra.

⁴ Parte integrante da dissertação defendida por Maria Francisca Valiente, no Programa de Mestrado em Letras, da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (Ver VALIENTE, 2013).

método arqueogenealógico (FOUCAULT, 2007) é imprescindível para que possamos problematizar as relações entre a linguagem, o sujeito e as relações de poder, na medida em que a interpretação se dá na tensão entre estrutura e acontecimento. É nessa região de tensão que os sentidos se formam, se (res)significam: um enunciado é sempre *acontecimento*, uma vez que abre espaço para sua inscrição na memória, já que é suscetível de repetição, transformação e reativação, sobretudo porque está ligado ao *interdiscurso*, ou seja, a outros enunciados que vieram antes e depois dele ou, no dizer de Orlandi (2009, p. 30): “aquilo que fala antes, em outro lugar, independentemente”.

Da estrutura ao acontecimento: a construção dos sentidos

Problematizar o discurso implica considerar os sujeitos e a situação em que esse discurso foi produzido, ou seja, *as condições de produção* (ORLANDI, 2009) que serviram de base para os processos discursivos e que remetem à exterioridade, à história e ao social. Trazer as *condições de produção* não é tarefa fácil, uma vez que é na articulação entre a língua, o contexto sócio-histórico e a memória discursiva que o discurso adquire sentido. Orlandi (2009, p. 40) enfatiza que “as condições de produção implicam o que é material (a língua sujeita a equívoco e a historicidade), o que é institucional (a formação social, em sua ordem) e o mecanismo imaginário”. É pelo jogo *imaginário* (ORLANDI, 2009) que os sujeitos produzem uma determinada imagem de si, do outro e do referente, mecanismo que pode se tornar ainda mais complexo quando o sujeito inverte esse jogo para a imagem que ele considera que o interlocutor tem dele, a que ele cogita que o interlocutor tem do referente e assim por diante.

Tais considerações são pertinentes, na medida em que tudo isso contribui significativamente para a constituição das condições de produção de um discurso, em especial o discurso do ATL. As condições de produção que envolvem o documento do ATL mostram que a luta pela terra se tornou uma questão política - porque traz consigo a questão de como nos representamos e como representamos os outros; apresenta ainda a tensa relação entre os saberes historicamente constituídos sobre os povos indígenas e suas narrativas (GUERRA, 2010). Saberes esses registrados em cartas, documentos e em políticas indigenistas instituídas pelo Estado desde os tempos coloniais e que marcam as relações tensas e conflituosas entre indígenas, Estado e a sociedade acional. Ao inscrever-se na história por meio do discurso, o sujeito significa seu dizer a partir de condições específicas, determinadas “de um lado, pela

língua e, de outro, pelo mundo, pela sua experiência, por fatos que reclamam sentidos, e também por sua memória discursiva” (ORLANDI, 2009, p. 53) em que o discurso se faz estrutura e acontecimento, na medida em que traz em sua constituição um contexto ideológico construído pelos aspectos social e histórico.

Logo, o imaginário social construído sobre os indígenas no decorrer dos tempos está relacionado à maneira como se estabeleceram as relações sociais historicamente, assim como as formas pelas quais as relações sociais se investiram de relações de poder. Ao abordar as condições de produção do ATL, convém destacar a historicidade que constitui o discurso do movimento e que, juntamente com a memória e com a formação discursiva do movimento, constitui novos sentidos à prática discursiva indígena, sobretudo, a partir da concretização do MIB, que culminou em uma das maiores mobilizações indígenas ocorridas no Brasil em nível nacional – o ATL – como resultado da situação de conflito entre o Estado e as comunidades indígenas. Diante disso, destacamos a década de 2000 como um marco decisivo do MIB, ao expor o desafio enfrentado pelas populações indígenas, na tentativa de estabelecer um diálogo com o Estado; desafio mostrado, sobretudo, na comemoração dos 500 anos de descobrimento do Brasil e que revelou, segundo Baniwa (2006, p. 80): “as dificuldades dos povos indígenas de lidarem com a complexa lógica burocrática da Administração Pública e da (ir) racionalidade política e ideológica do Estado”, que não consegue entender (valorizar) que os povos indígenas também possuem culturas particulares.

Paralelamente à comemoração oficial do descobrimento do Brasil, preparada para acontecer em Porto Seguro com a presença dos presidentes Fernando Henrique Cardoso (Brasil) e Jorge Sampaio (Portugal), aconteceu também uma manifestação dos povos indígenas na cidade de Coroa Vermelha, no Estado da Bahia, na “I Conferência dos Povos e Organizações Indígenas do Brasil” em que diversos povos se organizaram em uma passeata cujo lema era “*O Brasil que a gente quer são Outros 500*”⁵. Vieram povos de todos os estados do país configurando este como um dos momentos mais importantes para o MIB, uma vez que reforçou o protagonismo indígena na luta por seus direitos. A principal meta dessa passeata era chegar a Porto Seguro e protestar contra o Presidente da República que pregava uma “identidade nacional”, em pleno século XXI, desconsiderando os novos rumos da Constituição Federal (1988) em que se reconhece a pluralidade de povos existentes em todo Brasil (PACHECO, 2005). Em virtude do descaso do governo de Fernando Henrique Cardoso

⁵ Documento Final da Conferência dos Povos e Organizações Indígenas do Brasil. Disponível em: http://www.pineb.ffch.ufba.br/downloads/1242404195Documento%20Final_Outros%20500.pdf. Acesso em 10/04/2012 às 10h32min.

com as questões indígenas, foi apresentado na Conferência um documento com uma série de reivindicações direcionadas ao governo federal. Datado do dia 21 de abril de 2000, o documento exigia a revogação do Decreto nº 1.775, de 1996, que dispõe sobre a demarcação de terras indígenas e a aprovação do Projeto de Lei 2.057, de 1991, que trata do Estatuto das Sociedades Indígenas. O movimento foi contido pela tropa de choque da Polícia Militar⁶.

Por outro lado, em comemoração aos 500 anos do Brasil, o presidente Fernando Henrique Cardoso, acompanhado do presidente de Portugal – Jorge Sampaio – e de um grupo de 200 convidados especiais, plantava uma muda de pau-brasil, segundo Pacheco (2005). Esse contexto marca os primeiros contornos do ATL que veio a se firmar em 2004 como uma forma de reação dos indígenas ao poder dominante. Memórias de um passado são recuperadas aqui sob a configuração de uma exclusão, uma apartação social entre a sociedade e as comunidades indígenas. Trata-se de um confronto político que traz em sua temporalidade elementos contraditórios e antagônicos (índio/branco; sociedade minoria) não como um jogo meramente oposto, mas que pressupõe um jogo de forças sob o choque do acontecimento e abre espaço para novas estratégias de subjetivação. O embate cultural entre ATL e Estado tende a gerar formas de identidades específicas – legitimadoras e de resistência -, já que implica sempre em outros sistemas simbólicos e, portanto, tal processo permanece na sua incompletude. No caso das comunidades indígenas, a reencenação do passado, de suas tradições, de sua cultura (especialmente no que concerne à mãe terra), de seus valores simbólicos traz em seu bojo outras temporalidades culturais que se apresentam na forma de conflitos sociais, exclusão, segregação.

O I ATL realizou-se entre os dias 15 e 19 de abril de 2004 e apresentou-se como a mais importante mobilização indígena ocorrida em contexto nacional passando a se repetir nos anos subsequentes. Hoje se encontra em sua VIII edição. E para melhor entendermos como o ATL se tornou uma das maiores mobilizações indígenas do país, convém apontar as condições de emergência das sete edições que sucederam ao primeiro ATL criado em 2004. No ano de 2005, aconteceu a II⁷ Edição do ATL que contou com a participação de mais de 800 lideranças de 89 povos que se deslocaram de várias regiões do país. A meta principal era concretizar a aliança feita em 2004 com os diferentes povos, organizações e entidades indigenistas em defesa de seus direitos. Dentre as principais reivindicações do movimento,

⁶ Boletim eletrônico do Conselho Indigenista Missionário (CIMI). Disponível em: <http://www.proyanomami.org.br/frame1/conferencia.htm>. Acesso em 10/04/2012 às 15h34min.

⁷ Disponível em: http://www.direitos.org.br/index.php?option=com_content&task=view&id=1152&Itemid=2. Acesso em 19/04/2012 às 20h22min.

destacam-se os processos de regularização de terras indígenas, os projetos de lei e as propostas de emenda à Constituição no Congresso Nacional.

Uma conquista muito importante desse acampamento foi a criação da APIB que veio fortalecer a união dos povos indígenas e a articulação entre as diferentes regiões e organizações indígenas do país. Desde então, a APIB, juntamente com o Fórum de Defesa dos Direitos Indígenas (FDDI), tornou-se a principal organizadora dos acampamentos posteriores. Atualmente, em sua oitava edição, o discurso do ATL 2011 traz marcas específicas de seu tempo no que concerne aos adventos da globalização, do sistema capitalista e da devastação ambiental sobre suas terras. Também recorre aos seus valores culturais ao conceber a Terra como Mãe, lugar de abrigo, proteção.

Representações no discurso do ATL sobre terra: (des)estabilizando fronteiras

Analisamos aqui como são construídas as representações sociais de terra que constituem o documento oficial sobre o indígena, a partir da perspectiva discursiva e do processo de referenciação linguística. Interessa-nos rastrear as formações discursivas, os interdiscursos e os efeitos de sentido possíveis que perpassam o discurso do ATL. E, num primeiro momento, convém destacar que, devido à abrangência de temas que compõem o *corpus* de análise, os recortes foram efetuados e agrupados considerando as regularidades de discursos, sentidos e temas de terra, a partir da perspectiva foucaultiana, visando às relações de força. Trazemos aqui apenas um recorte para análise e discussão (R1). Antes, convém dizer que, no mundo contemporâneo, especialmente, sob a égide do capitalismo neoliberal, novos desafios se impõem à sociedade nacional influenciando a produção dos discursos e a constituição identitária dos sujeitos. Abre-se espaço para diferentes manifestações identitárias.

Nesse contexto, o discurso do ATL se apresenta como lugar de resistência ao poder dominante ao dar origem a formas de resistência coletiva frente à opressão:

R1- Em nome de todos os povos e organizações indígenas do Brasil reivindicamos que a Presidenta Dilma Roussef torne realidade o seu compromisso de garantir o respeito aos direitos humanos, a justiça social, a sustentabilidade ambiental e social proclamada por ela na sua campanha e em viagens internacionais, considerando que nós os povos indígenas, relegados secularmente pelo Estado brasileiro e tratados como empecilhos ao plano de desenvolvimento e crescimento econômico do país, enquanto cidadãos e coletividades étnica e culturalmente diferentes, temos direitos assegurados pela Constituição Federal e tratados internacionais dos quais o Brasil é signatário que devem ser devidamente respeitados. (2011)

Aqui há um deslocamento significativo de sentidos no que refere à relação das comunidades indígenas com o Estado. Considerando que se antes essa relação se deu de forma consideravelmente violenta e conflituosa, na atualidade essa relação adquire uma dimensão política em virtude de constantes pressões, mobilização e a união de diferentes instâncias em torno da causa indígena. O fio intradiscursivo do termo “*compromisso*” assinala a exterioridade constitutiva de todo discurso que remete as relações de alteridade entre ATL e Estado e representa uma situação de confronto entre colonizador e colonizado ao evocar sentidos de denúncia, de cobrança “*reivindicamos que a Presidenta Dilma Rousseff torne realidade o seu compromisso de garantir o respeito aos direitos humanos*” contra o Estado já que este precisa ser lembrado dos compromissos assumidos em campanha no que tange às comunidades indígenas. Comprometer-se exige do Estado, em alguma medida, uma mudança de atitude, “uma obrigação mais ou menos solene” (FERREIRA, 2010, p. 182) com as comunidades indígenas, um pacto, um acordo que deve ser respeitado. Trata-se de abordar esse confronto discursivo enquanto acontecimento que liga uma atualidade a uma memória discursiva “em seu contexto de atualidade e no espaço de memória que ele evoca e já começa a reorganizar.” (PÊCHEUX, 2002, p. 19). Entender o discurso do ATL enquanto estrutura e acontecimento significa apreendê-lo, de um lado, pela língua, por um gesto de escrita, mas, por outro lado, por sua inscrição em um campo de memória que o permite ser ativado, repetido, transformado de acordo com o seu contexto.

Ao se situar em um contexto de cobrança, de denúncia contra o Estado, o enunciador do ATL filia-se a redes de memória que remetem às inúmeras tentativas das comunidades indígenas de dialogar com o Estado. Traz em um contexto imediato as circunstâncias primeiras em que o discurso do ATL 2011 foi produzido em meio à tentativa das lideranças indígenas de serem recebidas pela presidenta Dilma Rousseff para tratar de questões que afetam diretamente as comunidades indígenas, dentre elas, a demarcação de terras indígenas e a criminalização de lideranças indígenas. Em sua VIII edição, o ATL abordou temas variados como o direito à terra, consentimento e grandes empreendimentos em terras indígenas, aprovação do novo estatuto do índio, entre outros. Em um contexto amplo situamos o discurso do ATL em condições sócio históricas determinadas que se filiam a redes de memória cristalizadas no meio social que concebem o indígena como aquele que ocupa o lugar do colonizado, do submisso ao sistema dominante, aquele que incomoda e perturba a ordem social. Inicialmente, com a chegada dos portugueses, o indígena era considerado como aquele

que apresentava deficiências que precisavam ser corrigidas, pois confrontavam as complexas lógicas da cultura ocidental: europeia, branca, cristã, individualista.

Essa tensão entre os indígenas e o poder dominante vem marcando historicamente a relação entre essas duas instâncias desde o período colonial por meio de políticas que vão desde a assimilação, integração e tutela para a instituição do indígena como cidadão de direito. Embora sempre houvesse uma resistência por parte do indígena aos jogos de poder advindos da sociedade hegemônica, foi precisamente a partir da década de setenta que houve uma virada significativa na questão indígena e um novo discurso passou a circular em torno da cultura e do território. Novos aparatos de poder passam a discutir a questão indígena no contexto nacional, especialmente, a Igreja Católica e o CIMI que buscavam a aprovação do EI, bem como também as Assembleias Indígenas e as organizações não-governamentais (ONGs) passam a fazer parte dessa luta. A organização política das comunidades indígenas e a intensa atuação de entidades civis de apoio à causa indígena, bem como entidades constituídas pelos próprios índios culminaram na Constituição Federal de 1988 por meio da qual os direitos indígenas passam a ser reconhecidos, considerando a diversidade de povos e a especificidade cultural dos índios. Emergem nesse contexto as condições de produção do discurso do ATL que reitera nossa concepção de discurso enquanto estrutura e acontecimento, respectivamente, inscrito na língua e na história e filiado a redes de memória. Ao cobrar o compromisso assumido em campanha pela Presidenta da República, o enunciador do ATL deixa emergir a referência às décadas em que se esperou uma atitude consistente por parte do governo em meio ao descaso com que são tratadas as questões que envolvem as comunidades indígenas e os constantes protestos em frente ao Palácio do Planalto, na tentativa de serem recebidos por um representante do Estado.

É possível apreender as próprias condições de emergência que deram origem ao ATL e que trazem à tona os inúmeros conflitos entre essas duas instâncias – ATL e Estado. Conflitos esses que ficam mais latente a partir do ano 2000, quando o então presidente Fernando Henrique Cardoso, em plena comemoração oficial dos quinhentos anos do descobrimento do Brasil, desconsiderou os novos rumos da Constituição Federal que reconhece a pluralidade de povos existentes no Brasil em detrimento de uma identidade nacional. Começam a se delinear os primeiros contornos de uma manifestação que, no ano de 2004, pela falta de apoio do então presidente Luiz Inácio Lula da Silva ao órgão da FUNAI, culminou no I ATL. Como todo movimento, o mesmo apresenta, em sua essência, conforme Castells (2001, p. 95) “germes de resistência social”. O discurso do ATL estabelece uma

identidade coletiva de movimento ao definir em nome de quem fala “Em nome de todos os povos e organizações indígenas do Brasil”, contra quem se pronuncia “Presidente Dilma Roussef” e determinar como *meta societal* (CASTELLS, 2001) o interesse em defender os direitos indígenas, em especial, relacionados à terra.

Pela materialidade linguística da referência genérica “todos” (CORACINI, 2007), verifica-se que a heterogeneidade do discurso do ATL é apagada, silenciada em detrimento da coletividade “*todos os povos e organizações indígenas*”. Trata-se de uma estratégia discursiva que gera efeitos de sentido de que há uma unicidade de posicionamento em defesa dos interesses do movimento como um todo homogêneo, sobretudo quando se busca dialogar com o poder estatal. Afinal, não é possível pensar no movimento indígena como uma entidade homogênea, já que este possui uma realidade consideravelmente heterogênea. Entretanto, o que de fato ocorre são identificações e reivindicações comuns ao movimento indígena em torno da identidade intrinsecamente ligada à questão territorial. Nesse contexto, os discursos em torno da questão identitária e da exigência de reconhecimento e respeito ao diferente, à diversidade em busca de maior igualdade, existem em relação paradoxal de disputa, de debate com autores e valores simbólicos da sociedade hegemônica que detêm significados diferentes dos grupos indígenas.

Fruto de um contexto sócio-histórico marcado pela opressão, o ATL é sintoma de nossa sociedade e, portanto, apresenta em sua constituição “germe [s] de resistência social” (CASTELLS, 2001, p. 95) que dão origem a resistências coletivas frente às condições desiguais impostas pela sociedade hegemônica. A articulação entre as múltiplas instâncias (CIMI, APIB, entre outras) e suas respectivas tarefas, envolvendo distintos dispositivos de poder, faz do movimento ATL um campo de confronto constituído por relações de força em que se movimentam sujeitos e estruturas diferentes, a partir de interesses também divergentes. Entretanto, na tentativa de se colocar em condições de dialogar com o Estado, o ATL elabora, em seu discurso, estratégias discursivas que buscam unificar as reivindicações em torno da causa indígena, considerando, sobretudo, a questão territorial.

Considerando que a formação discursiva do ATL a partir da qual o sujeito enuncia não é um lugar estável, mas uma região de confronto do sentido, lugar de mobilidade e instabilidade, é que afirmamos que o sujeito enunciador traz em seu dizer uma gama de vozes que remetem aos interdiscursos da legislação, da sociologia e do meio ambiente, como podemos verificar por meio dos itens lexicais “*direitos humanos, a justiça social, a sustentabilidade ambiental e social*”. Incorporados ao discurso do sujeito, dão uma nova

configuração à prática discursiva do movimento indígena ATL. Assim, os efeitos de sentido advindos dessa pluralidade de vozes resultam de uma série de discursividades que formam o arquivo sobre os indígenas e que acionam um arsenal que inclui documentos, legislação, conflitos, políticas indigenistas e movimento ecologista, entre outros. Nesse ponto, entrecruzam-se discursos estabilizados e outros não-estabilizados: alguns dizeres silenciados remetem ao desrespeito aos direitos indígenas, aos conflitos não resolvidos entre indígenas, Estado, empresários e agricultores. Destacamos, também, os itens “*povos e organizações indígenas do Brasil*”, “*povos indígenas*”, “*coletividade étnica*” que instauram no discurso do ATL a formação discursiva do movimento indígena e faz emergir um novo campo de saber historicamente marcado pela Constituição de 1988. Aqui o indígena é instituído como cidadão de direito tendo o direito a existir enquanto comunidade diferenciada; contudo, embora os indígenas tenham seu direito à diversidade reconhecido, as leis brasileiras não são aparatos suficientes para garantir-lhes tais direitos (GUERRA, 2010).

Por outro lado, na esfera internacional, temos um avanço no reconhecimento dos povos indígenas como sujeitos coletivos pela consolidação da Convenção nº 169 adotada na 76ª Conferência Internacional do Trabalho da Organização Internacional do Trabalho (OIT) que aconteceu no ano de 1989, da qual participaram inúmeros representantes de organizações indígenas e governamentais de diferentes países, de diferentes continentes. Aderir ao discurso do branco é colocar-se em posição de igualdade em relação ao Estado, passando a (res)significar discursos outros (estatal, legislação, ecológico) dentro do próprio discurso indígena de modo a ter condições de “dialogar” com as esferas estatais. Há em meio ao discurso do ATL discursos estranhos que delimitam uma fronteira entre o movimento e o Estado e que justamente por se produzir em meio à diferença, marcam uma representação de si e do outro.

É pelo jogo imaginário que o enunciador organiza seu discurso, a partir da representação que faz de si, do outro e do objeto do qual se fala. Nesse contexto, o Estado permanece no imaginário do enunciador do ATL como agente de dominação que tem o poder de regularizar a vida social. Contudo, deixa perpassar em seu dizer as emergências de tal poder “*temos direitos assegurados pela Constituição Federal e tratados internacionais dos quais o Brasil é signatário que devem ser devidamente respeitados*”; essas marcadas pela falta de compromisso do Estado para com as comunidades indígenas, compromissos que precisam ser cobrados e reivindicados. Isso comprova a distância entre as *identidades de resistência* (indígenas) e as *identidades legitimadoras* (Estado, esfera jurídica) que estão “cada vez menos

aptas a manter um vínculo com as vidas e valores das pessoas” (CASTELLS, 2001, p. 418) e que se encontram em posição de inferioridade em relação à sociedade hegemônica.

Ao conceber pelas lentes foucaultianas que “os campos de saber sofrem mutações que são acolhidas em sua dispersão e em seus modos de dispor elementos para que possam se transformar eventualmente em ciência” (ARAÚJO, 2011, p. 95) enfatizamos que a divergência de interesses em torno da causa indígena colocou em lados opostos os indígenas, o Estado, e os empresários e transformou os campos de saber sobre as populações indígenas abrindo espaço para outras instâncias discursarem sobre o assunto. Isso levou a constantes debates e controvérsias que trouxeram para o cenário brasileiro as ONGs, organizações supranacionais que se manifestam na forma de leis, “*tratados internacionais*” e “*organizações indígenas*” e passam a dividir a cena enunciativa com o Estado em defesa dos interesses desses povos. A atuação dessas organizações colocou em suspenso as relações entre o local e o global, que de um lado, levou a pensar no grau de interferência do global no local e, por outro lado, levou o Estado a repensar sua atuação e suas políticas em relação às comunidades indígenas.

Relevante notar que as comunidades indígenas são representadas no discurso do ATL como “*relegados secularmente pelo Estado brasileiro e tratados como empecilhos ao plano de desenvolvimento e crescimento econômico do país*” do qual se depreende, por meio da materialidade do verbo “*relegados*”, de acordo com Ferreira (2010, p. 654), efeitos de sentido de “banir: por em segundo plano, desprezar” o indígena de seu lugar na sociedade, distinguindo claramente quem está dentro e quem está fora da abrangência do poder. Vê-se aqui marcada a pluralidade de culturas indígenas e a sua identidade comunitária – sinônimo de selvagem e transgressor – que configuram grandes entraves ao desenvolvimento do país. Essa delimitação de fronteiras – branco/índio; incluído/excluído – implica traçar uma reflexão sobre os perigos da normalização de uma determinada identidade em detrimento de outra, já que como afirma Silva (2011, p.83) “normalizar significa atribuir a essa identidade todas as características positivas possíveis, em relação às quais as outras identidades só podem ser avaliadas de forma negativa”. Há a ativação por meio da memória discursiva de sentidos outros que situam os indígenas como excluídos, secularmente, por meio de um violento processo de incorporação e adequação à sociedade nacional, mas que podem “ser compreendidos porque atualizam (estabilizam/desestabilizam) a memória discursiva” (GREGOLIN, 2011, pp. 170-1).

O discurso do ATL, portanto, configura-se como um espaço conflituoso constituído por relações de força. Trata-se de um campo de confrontos que articula de um lado, *identidades legitimadoras* e, de outro, *identidades de resistência* que se colocam em lugar de oposição, de reação, do “outro” do poder ao se colocar “contra a imprevisibilidade do desconhecido e do incontrolável” (CASTELLS, 2001, p. 80) diante dos projetos de desenvolvimento econômico e da globalização. Enquanto representante das instâncias e dos sujeitos que compõem o ATL, o enunciador fala em nome de todos os dispositivos de poder que compõem o Movimento ATL “*em nome de todos os povos e organizações indígenas do Brasil reivindicamos*”, utilizando-se de referência genérica (CORACINI, 2007) como estratégia discursiva, “todos”, na tentativa de não revelar com precisão a origem enunciativa do discurso proferido. Ainda, do fio intradiscursivo do verbo “*reivindicamos*” surgem efeitos de sentido de “*intentar demanda para reaver (propriedade que está na posse de outrem); tentar recuperar; exigir, requerer, reclamar*” (FERREIRA, 2010, p. 653) o direito das populações indígenas de serem ouvidas pelo Estado; é a remissão às várias tentativas desses povos de tornarem concretas as promessas feitas pelo governo no que tange aos direitos indígenas.

Trata-se de um contrapositionamento que “*refuta os pontos de vista e as crenças da cultura dominante e, por isso, é orgulhosamente desafiador. Toda reação é limitada por, e subordinada à, aquilo contra o qual se está reagindo*” (ANZALDÚA, 2005, p. 705), sobretudo, quando a diferença incomoda, perturba e ameaça as referências cristalizadas do mundo conhecido. É uma questão consideravelmente complexa, já que não se trata meramente de um jogo de forças, de oposições, de controvérsias entre colonizador e colonizado, mas de demarcação de novas estratégias de identificação. Bhabha (1998), no que diz respeito à época denominada de pós-moderna ou pós-colonial, afirma que os limites estabelecidos pelas culturas hegemônicas representam também as fronteiras de uma multiplicidade de vozes dissonantes de grupos marginalizados como as mulheres, colonizados, grupos minoritários, portadores de sexualidade policiada e indígenas que oferecem resistência ao poder instituído e denunciam os discursos oficiais. Especificamente, no caso dos indígenas, “*a diferença cultural emerge em momentos de crise social, e as questões de identidade que emergem são agonísticas; a identidade é reivindicada a partir de uma posição de marginalidade ou em uma tentativa de ganhar o centro*” (BHABHA, 1998, p. 247) deslocando as próprias noções de centro/periferia.

Ao engajar-se em uma guerra de posições, ser o outro das relações de poder, o ATL produz uma reescrita descentrada, diaspórica do passado. O indígena representado na Carta de

Caminha e em vários outros momentos da história como submisso ao poder dominante passa a desempenhar um papel ativo na luta por reconhecimento social, organizando-se politicamente por meio de uma instância de representação. Trata-se de redefinir os modos de interlocução entre o ATL e o Estado, já que o movimento indígena e as organizações que representam a causa indígena dão legitimidade para que o enunciador fale como tal, colocando-se em posição de autoridade frente ao Estado “*em nome de todos os povos e organizações indígenas do Brasil reivindicamos que a Presidenta Dilma Roussef*”.

Por considerar que o lugar a partir do qual o sujeito enuncia é constitutivo dos sentidos de seu dizer é que enfatizamos que o enunciador do ATL fala a partir da posição que ocupa na instituição enquanto representante do movimento, posição esta sustentada pelo poder que advém da própria instituição. O discurso do ATL, portanto, se faz político à medida que se torna o lugar de concorrência pelo poder, pelo direito de falar em nome de uma parcela de indivíduos, de uma coletividade. Trata-se de uma afirmação política de uma identidade coletiva instaurada em meio a conflitos e tensões entre o Estado e o ATL.

Considerações finais

Constatamos pela análise que há, por meio do movimento indígena, uma resistência coletiva contra o Estado. O movimento adquire força na medida em que apresenta os povos indígenas, estrategicamente, por uma unicidade de posicionamento, como um todo homogêneo em defesa dos direitos indígenas. A luta pela terra e pelos direitos garantidos na Constituição alcança outros sentidos. Desloca o imaginário construído socialmente sobre o indígena como bárbaro, violento e situa sua luta no campo político. O ATL se apresenta como “germes de resistência social” ao se posicionar contra o Estado, contra os adventos da globalização e propor sentidos de denúncia pela violação de seus direitos. Nesse contexto, a questão indígena ultrapassa as fronteiras do *local* e revela a necessidade de pensar na relação local/global não como dois polos distintos, mas como dois lados que se articulam, se complementam deslocando as próprias noções de centro/periferia. Em virtude de um vasto campo de divergências entre os indígenas, o Estado e o Judiciário, outras instâncias passaram a discursar sobre o assunto e a incorporar e defender essas comunidades.

No papel de liderança política, o enunciador traz em seu dizer as vozes das diferentes instâncias que compõem o movimento indígena, especialmente: o CIMI; a APIB; a OIT, com a Convenção 69; e os Direitos Humanos que funcionam como pontos de ancoragem das

comunidades indígenas, a partir do fortalecimento da luta pelos direitos indígenas. Inserido em um contexto sócio-histórico de estigmatização social e desrespeito aos direitos indígenas, o discurso do ATL se caracteriza pela alteridade, o outro que o constitui e que configura a heterogeneidade constitutiva do discurso, *a não-coincidência do discurso consigo mesmo*. Ao trazer em meio ao seu discurso dizeres do branco, o enunciador se coloca em posição de igualdade com o Estado. Tal estratégia discursiva o coloca em condições de dialogar com o Estado, como seu adversário, seu opositor.

Considerando o espaço móvel e instável das formações discursivas, constatamos por meio das análises que o discurso do ATL é perpassado por formações discursivas heterogêneas e, muitas vezes, contraditórias (ambiental, econômica, capitalista, sociológica, política, bélica). Estas formações marcaram o lugar conflituoso e tenso a partir do qual o sujeito enuncia por meio de discursividades que negam os direitos indígenas em relação à terra. Representam os indígenas como marginalizados, excluídos do meio social e, sobretudo, remetem à luta histórica dos povos indígenas em defesa da terra e as várias tentativas de diálogo com o poder estatal. Intrinsecamente ligado às formações discursivas – os interdiscursos – da lei, da guerra, do Estado e da ecologia, o discurso do movimento coloca-se em relação direta com a exterioridade, com a memória discursiva e com as condições em que esse discurso é produzido. Assim, o processo analítico aponta para os inúmeros conflitos que vêm desde a colonização com as revoltas, massacres de milhões de indígenas, exploração da mão de obra indígena e que, nos dias atuais, (re)configuram-se em forma de assassinatos de lideranças indígenas, confrontos com fazendeiros, ameaças de pistoleiros e desrespeito aos direitos indígenas. O Estado permanece no imaginário do enunciador do ATL como agente de dominação, descompromissado, desleal e conivente com os empreendimentos que causam prejuízos às comunidades indígenas. Trata-se de um Estado que busca normalizar uma identidade hegemônica desconsiderando todas as outras, ou seja, todos os povos que compõem o Brasil.

Nesse embate de fronteiras entre o ATL e Estado, a terra é concebida como um lugar de confronto, de demarcação de fronteiras entre o Estado e o ATL como podemos verificar por meio de um jogo de oposições índio/Estado; terra/latifúndio; propriedade coletiva/propriedade privada; destruição da natureza/convívio harmonioso com a natureza. A luta pela terra remete a fatos similares que ocorreram no decorrer da história entre os grupos étnicos e o poder dominante, contudo, adquire novas configurações na atualidade, ao situar-se em uma dimensão política. Por outro lado, ao se posicionar como o outro do poder, o ATL

oferece resistência na forma de reivindicação, denúncia, apelo ao Estado para que seus direitos sejam cumpridos. Enfim, apresentam-se, aqui, complexas e múltiplas relações de poder entre as instâncias envolvidas e que marcam o lugar de conflitos em que se movimentam o Estado e o ATL a partir de interesses opostos. Vozes discordantes e concordantes perpassam esse discurso, a partir de momentos de identificação que incluem e excluem o sujeito em pauta, num movimento identitário paradoxal e multifacetado.

Referências

ANZALDÚA, Glória. La consciência de La mestiza/Rumo a uma nova consciência. In: *Revista de Estudos femininos*. V.3, Florianópolis, set/ dez, 2005, p. 704-719. Disponível em: http://dx.doi.org/101590/50104_-026x2005000300015. Acesso em: 14/11/2012 às 22 h 43min.

APIB instala Comissão Nacional Permanente em Brasília, segunda-feira, 25 de Mai. 2009. Disponível em: <http://blogapib.blogspot.com/2009/05/apib-instala-comissao-nacional.html>. Acesso em: 23/04/2012 às 20h 12min.

ARAÚJO, Inês L. Formação discursiva como conceito chave para a arqueogenealogia de Foucault. In: BARONAS, Roberto L. (org.). *Análise de discurso: apontamentos para uma história da noção-conceito de formação discursiva*. 2 ed. São Carlos: Pedro; João Editores, 2011, p. 93-108.

AUTHIER-REVUZ, Jacqueline. *Palavras incertas: as não-coincidências do dizer*. Trad. Eni P. Orlandi. Campinas: Editora da Unicamp, 1998.

BANIWA, Gersem dos S. L. *O Índio Brasileiro: o que você precisa saber sobre os povos indígenas no Brasil de hoje*. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade. LACED/Museu Nacional, 2006.

BHABHA, Homi K. *O local da cultura*. Trad. Myriam Ávila, Eliana L. de Lima Reis, Gláucia R. Gonçalves. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1998.

BRASIL. Constituição (1988). *Constituição da República Federativa do Brasil*. Brasília: Senado Federal, secretaria- Geral da Mesa, 2003. 221 p.

CASTELLS, Manuel. *O poder da identidade: a era da informação: economia. Sociedade e cultura*. Trad. Klauss B. Gerhardt. São Paulo: Paz e Terra, 2001.

CIMI. *CIMI completa 40 anos*. Disponível em: <http://www.brasildefato.com.br/node/9402>. Acesso em 20/04/2012 às 15h 12min.

CONSELHO INDIGENISTA MISSIONÁRIO. Disponível em: http://www.cimi.org.br/site/pt-br/?system=paginas&conteudo_id=5685&action=read. Acesso em 02/03/2012 às 10h 14min.

CORACINI, Maria A *celebração do outro: arquivo, memória e identidade: línguas (materna e estrangeira), plurilinguismo e tradução*. Campinas: Mercado de Letras, 2007.

CORACINI, Maria. Aspectos metodológicos e análise de discurso: migrantes em situação de rua, entre a hos (ti) pitalidade e a anulação de si. In: TFOUNI, Leda V.; MONTE, Dionéia M.; SERRAT, Paula C. (orgs.). *A análise de discurso e suas interfaces*. São Carlos: Pedro & João Editores, 2011.

Documento Final do Acampamento Terra Livre 2011: pelo direito à vida e à mãe terra. Disponível em: <http://www.cimi.org.br/?system=News&action=read&id=5520&eid=411>. Acesso em: 05/05/2011 às 14h54min.

FERREIRA, Aurélio B. de Holanda. *Mini Aurélio: o dicionário da língua portuguesa*. 8 ed. Curitiba: Positivo, 2010.

FOUCAULT, Michel. *Em defesa da sociedade: curso no Collège de France*. Trad. Maria E. Galvão. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

FOUCAULT, Michel. *História da sexualidade I: a vontade de saber*. Trad. de Maria T. Albuquerque; J. A. Guilhon Albuquerque. Rio de Janeiro: Graal, [1988] 2007.

FOUCAULT, Michel. *Arqueologia do saber*. Trad. de Luiz Felipe B. Neves, 7 ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008.

FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO. Disponível em: <http://blogdafunai.blogspot.com.br/p/atividades-culturais.html>. Acesso em 10/04/2012 às 10h 14min.

GREGOLIN, Maria do R. Formação discursiva, redes de memória e trajetos sociais de sentido: mídia e produção de identidades. In: BARONAS, Roberto L. (org.). *Análise de discurso: apontamentos para uma história da noção-conceito de formação discursiva*. 2ª ed. São Carlos: Pedro & João Editores, 2011, p.161-176.

GRUPIONI, Luís D. B. Educação e diversidade. In: SILVA, Aracy L.; GRUPIONI, Luís D. B. (orgs.). *A temática indígena na escola: novos subsídios para professores de 1º e 2º graus*. Brasília: MEC/MARI/UNESCO, 1995, p. 15-23

GUERRA, Vania M. L. *O indígena de Mato Grosso do Sul: práticas identitárias e culturais*. São Carlos: Pedro & João editores, 2010.

MAINGUENEAU, Dominique. *Cenas da enunciação*. Trad. Sírio Possenti e Maria C. P. S. e Silva. Curitiba: Criar, 2006.

ORLANDI, Eni P. *Análise de discurso: princípios e procedimentos*. 8 ed, Campinas: Pontes, 2009.

PACHECO, Rosely A. S. A dinâmica das mobilizações sociais indígenas e os novos desafios para o direito. *Revista da Faculdade de Direito da UFPR*, n. 43, 2005.

PÊCHEUX, Michel. *Estrutura ou acontecimento*. Tradução Eni P. Orlandi, 3 ed. Campinas: Pontes, 2002.

SILVA, Tomaz T. da. *A produção social da diferença: a perspectiva dos Estudos Culturais*. 11 ed. Petrópolis: Vozes, 2011.

VALIENTE, Maria F. *Terra, cidadania e exclusão: aspectos da configuração identitárias do indígena*. 2013. 126 p. Dissertação (Mestrado em Letras). Universidade Federal de Mato Grosso do Sul. *Campus de Três Lagoas*, MS.

ABSTRACT: This article aims to discuss the process of identity formation of indigenous people starting from the “Final Document of the Free Land Camping 2011 – the right to life and Mother Earth”. To do so, we analyze how the social representations of land are built which constitute the official document on the indigenous people, from the discursive perspective and the referencing linguistic process, based on enunciative regularities and discursive dispersions cues, that allows us to track, by the linguistic materiality, the possible sense effects, the different discursive formations and the interdiscourse which cross the indigenous movement “Free Land Camping” (FLC) discourse. The transdisciplinary theoretical proposal of this work that articulates Discourse Analyze theories (PÊCHEUX, 2002; CORACINI, 2011; AUTHIER-REVUZ; 1998, ORLANDI, 2009), the Castells’s cultural studies (2001) and Foucault’s arquegenealogical method perspective (FOUCAULT, 2007) is relevant that we can discuss the relations between the language, the subject and the power relations within a larger context, as the interpretation happens in the tension between the structure and the event. Dissenting and assenting voices cross this discourse, from the identifications moments that include and exclude the subject in question, in a paradoxical and multiple identity movement.

KEYWORDS: Indians. Territory. Representations.

Envio: Fevereiro/2014
Aceito para publicação: Abril/2014